

LIDO EM://	
2º SECRETÁRIO	-

PROJETO DE LEI PROTOCOLO LEGISLATIVO PROCESSO Nº 5240/2023

> DISPÕE SOBRE **OBRIGATORIEDADE** DOS CARTÓRIOS AFIXAREM **PLACA** INFORMANDO A GRATUIDADE DA EMISSÃO DE CERTIDÃO DE NASCIMENTO E ÓBITO PESSOAS DE BAIXA RENDA NO MUNICÍPIO ÂMBITO DO PETRÓPOLIS E DÁ **OUTRAS** PROVIDÊNCIAS

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DOS CARTÓRIOS AFIXAREM PLACA INFORMANDO A GRATUIDADE DA EMISSÃO DE CERTIDÃO DE NASCIMENTO E ÓBITO PARA PESSOAS DE BAIXA RENDA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º Ficam os Cartórios de Registro Civil deste município, obrigados a afixar placa ou cartaz em local visível, com letreiro legível, informando sobre a gratuidade da emissão de certidões de óbito e nascimento emitidas para as pessoas que comprovarem baixa renda.

Art. 2º A placa, mencionada no art.1º deverá ter a medida mínima especificada pela norma ISO 2016, no tamanho A3 (420mm de largura e 297mm de altura).

Parágrafo único. A placa deverá conter a seguinte informação: "Pessoas de baixa renda, inscritas no Cadastro Único do Governo Federal, serão isentas do pagamento de 1ª via de Registro Civil de Nascimento e 1ª via de Registro Civil de Óbito."

Art. 3º Serão consideradas pessoas de baixa renda aquelas com inscrições válidas no Cadastro Único do Governo Federal.

Art. 4º Esta Lei poderá ser regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

Este projeto garante a proteção de um dos direitos fundamentais dos munícipes, ou seja, o direito à informação acerca de gratuidades asseguradas pela Constituição Federal e pela Lei de Registros Públicos.

O registro de nascimento é um dos mais significantes serviços prestados nos cartórios de registros civis. É da certidão de nascimento que derivam todas as informações para os demais documentos necessários ao cotidiano do indivíduo.

Quanto à certidão de óbito, torna-se de extrema necessidade para encaminhamentos burocráticos post mortem.

Examinando o art. 30 da Lei nº 6.015/73, alterada pela Lei 9534/97, a gratuidade dos dois serviços estende-se a todos inscritos no cadastro Único do Governo Federal, porém muitas pessoas desconhecem esta informação e acabam ficando sem a documentação que poderia lhes garantir vários direitos.

Sala das Sessões, 19 de outubro de 2023